



MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL
TERMO DE EXECUÇÃO DESCENTRALIZADA Nº 32/2017 - MI

DADOS DA UNIDADE DESCENTRALIZADA

1. COD. DA UNID. GESTORA 240005	2. COD. DA GESTÃO 00001	3. CNPJ 00.394.536/0005-62	4. RAZÃO SOCIAL COORDENAÇÃO-GERAL DE ORÇAMENTO E FINANÇAS DO MINISTERIO DAS
------------------------------------	----------------------------	-------------------------------	--

5. ENDEREÇO

ESPLANADA DOS MINISTERIOS, BLOCO "H"

6. BAIRRO/DISTRITO	7. MUNICÍPIO	8. UF	9. CEP	10. DDD	11. TELEFONE
	BRASÍLIA	DF	70170-900	61	2030-8371

REPRESENTANTE LEGAL DA UNIDADE DESCENTRALIZADA

12. CPF 020.396.303-25	13. NOME DO REPRESENTANTE LEGAL JOÃO ALMINO DE SOUZA FILHO
---------------------------	---

14. DDD 61	15. TELEFONE 2030-6881	16. EMAIL joao.almino@itamaraty.gov.br	17. CARGO EMBAIXADOR/DIRETOR DA AGÊNCIA BRASILEIRA DE COOPERAÇÃO - MRE
---------------	---------------------------	---	---

DADOS DA UNIDADE DESCENTRALIZADORA

18. COD. DA UNID. GESTORA 530023	19. COD. DA GESTÃO 0001	20. CNPJ 03.535.358/0001-96	21. RAZÃO SOCIAL Ministério da Integração Nacional
-------------------------------------	----------------------------	--------------------------------	---

22. ENDEREÇO

SGAN, Quadra 906, Módulo "F", Bloco "A", Ed. Celso Furtado, 2º Andar, Sala 201

23. BAIRRO/DISTRITO Asa Norte	24. MUNICÍPIO Brasília	25. UF DF	26. CEP 70790-060	27. DDD 61	28. TELEFONE 2034-5619
----------------------------------	---------------------------	--------------	----------------------	---------------	---------------------------

REPRESENTANTE LEGAL DA UNIDADE DESCENTRALIZADORA

29. CPF 300.013.663-00	30. NOME DO REPRESENTANTE LEGAL Marlon Carvalho Cambraia
---------------------------	---

31. DDD 61	32. TELEFONE 2034-5619	33. EMAIL marlon.cambraia@integracao.gov.br	34. CARGO Secretário de Desenvolvimento Regional
---------------	---------------------------	--	---

OBJETO E JUSTIFICATIVA DA DESCENTRALIZAÇÃO DO CRÉDITO

35. IDENTIFICAÇÃO (TÍTULO / OBJETO DA DESPESA)

Apoio operacional e financeiro para o Projeto "Estruturação da Rede Latino-americana de políticas públicas para o desenvolvimento regional (REDE)" - GCP/RLA/ 216/BRA.

36. OBJETIVO

Prestar apoio operacional e financeiro para o Projeto: "Estruturação da Rede Latino-americana de políticas públicas para o desenvolvimento regional (REDE)" - GCP/RLA/ 216/BRA, que tem por objetivo contribuir para a promoção do desenvolvimento regional no marco de políticas públicas dos países da América Latina, por meio da definição dos elementos estruturantes da REDE.

Com efeito, a Secretaria de Desenvolvimento Regional do Ministério da Integração Nacional (SDR/MI) é responsável pela gestão da Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR) e pela condução dos programas e projetos de promoção do desenvolvimento regional nas escalas macro, micro e sub-regionais. O presente projeto, valendo-se das lições aprendidas durante a criação da Rede Latino-americana de políticas públicas para o desenvolvimento regional (REDE), de outros projetos executados e em execução no MI e da expertise da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO), expressa em diversificada carteira de projetos de cooperação técnica no Brasil, pretende contribuir para a promoção do desenvolvimento regional no marco de políticas públicas dos países da América Latina e Caribe, pro meio da definição dos elementos estruturantes da Rede.

Para tanto, prevê a realização de dois produtos, a saber:

Produto 1. Marcos político-institucionais e plano de trabalho em apoio ao desenvolvimento regional em países da AL para a consolidação da Rede identificados e pactuados; e

Produto 2. Modelo de governança da Rede desenhado e aprovado.

Os benefícios das ações do projeto, que incluirão os técnicos e as instituições envolvidas, assim como a criação de entorno favorável de políticas de cooperação e de desenvolvimento regional em outros países da AL, deverão ter continuidade num contexto de fortalecimento da Rede. A experiência acumulada pela SDR/MI nos últimos anos nas articulações para a criação da Rede será reforçada com as ações previstas no presente projeto, contribuindo para o fortalecimento da Rede através da definição de um modelo de governança.

37. PÚBLICO ALVO

Beneficiários diretos: Os beneficiários diretos da presente iniciativa são as instituições governamentais dos países membros participantes da Rede encarregados pela formulação, implementação e avaliação de políticas públicas para o desenvolvimento regional. A estruturação da Rede com apoio do projeto deverá resultar em definição e marcos políticos institucionais que resultem na consolidação de marcos políticos para o desenvolvimento regional nos países membros.

Beneficiários indiretos e partes interessadas: Cumpre ressaltar que a população-alvo das políticas de desenvolvimento regional nos países da América Latina e o Caribe é beneficiária indireta do presente projeto, porque ao viver nos territórios sob a ação das políticas, poderá experimentar no futuro o impacto da sua implementação e do alcance do seu resultado, especialmente no que se refere à redução das desigualdades econômicas e sociais.

38. JUSTIFICATIVA

O tema do desenvolvimento regional tem ocupado um espaço cada vez maior na agenda política de diversos governantes na América Latina e Caribe. É um meio importante de dinamizar as ações de promoção do desenvolvimento regional entre os países, em um mundo cada vez mais interméstico, em que o doméstico e o externo influenciam-se mutuamente. O desenvolvimento além de sua feição caracteristicamente econômica passou a ser cada vez mais um aporte a mudanças políticas em áreas como: saúde básica, planejamento urbano, transporte, produtividade, agricultura e outros.

Enquanto mudanças na legislação tendem a tomar um período muito longo até tornarem-se efetivas, as políticas públicas contribuem de forma mais diligente às transformações em sociedade. Assim, em um momento em que a governança aparece como um dos principais tópicos tanto para o fomento à integração regional quanto à execução de parcerias em cooperação nas mais diversas áreas, no que tange a atuação dos diferentes governos, a articulação de uma rede de políticas públicas de âmbito internacional fez-se uma oportunidade.

O presente projeto, valendo-se das lições aprendidas durante a criação da Rede, de outros projetos executados e em execução no MI e da expertise da FAO, expressa em diversificada carteira de projetos de cooperação técnica no Brasil, pretende contribuir para a promoção do desenvolvimento regional no marco de políticas públicas dos países da AL, através da definição dos elementos estruturantes da Rede.

Como antecedentes que merecem ser citados para melhor contextualização da justificativa do projeto, cabe citar o ano de 2012, quando a cidade de Bogotá, na Colômbia, foi sede do Seminário "Políticas e Instrumentos para a Coesão Social", oportunidade na qual o tema do desenvolvimento regional entrou na pauta do Programa Regional para a Coesão Social na América Latina (EUROSociAL), que foi, inclusive, o promotor do evento. Na oportunidade, a SDR/MI apresentou a política brasileira de desenvolvimento regional para os demais países participantes, a exemplo do Chile, Costa Rica, Equador, Guatemala e Honduras.

Em 2013, a SDR/MI foi novamente convidada a participar de um evento internacional, sobre o tema do desenvolvimento regional, que teve palco em Lima, no Peru, no mês de abril. O tema do evento foi o seguinte: "I Encontro Anual do Programa Nawpaqman: Revisar, Aprender e Avançar", que contou com a apresentação de palestra por parte de um representante da instituição, na mesa "Rumo a uma maior coesão territorial: Lições da Europa e da América Latina".

Como forma de impulsionar o debate e aproximar os países em torno dessa problemática comum, o EUROSociAL promoveu, ainda, o encontro "Organização e funcionamento dos Conselhos como instâncias de participação e gestão do território, no marco dos processos de planificação", na cidade de La Antigua, na Guatemala, em junho do mesmo ano. Além da SDR/MI, participaram do evento: a Secretaria de Planejamento e Programação da Presidência (Segeplan), da Guatemala; a Secretaria Técnica de Planejamento e Cooperação Econômica (Seplan), de Honduras e o Ministério de Planejamento Nacional e Política Econômica (Mideplan), da Costa Rica.

Ao longo deste encontro foi possível aprofundar o conhecimento e as experiências, assim como as lições, aprendidas pelos países em matéria de marco legal, organização e funcionamento de instâncias intersetoriais nos territórios; a identificação de boas práticas em modelos de gestão e funcionamento de conselhos, que fossem inspiradores para a transformação e inovação, entre outros assuntos. Em março de 2013 foi dado início aos esforços de maior comprometimento entre os países da região para os diálogos de formação de uma Rede de desenvolvimento regional. Por ocasião da "1ª Conferência Nacional de Desenvolvimento Regional (CNDR)", em Brasília, Brasil, o diálogo para a concretização de uma Rede latino-americana, iniciou-se de fato. Durante a Conferência foi realizado, ainda, um "Seminário Internacional de Políticas Regionais no Contexto Global: situação atual e perspectivas", em que foram apresentados e discutidos, por diversos especialistas e instituições, temas afins ao desenvolvimento local, nacional, regional e internacional.

A Conferência de março de 2013 culminou com a assinatura de uma Declaração de Intenções entre o MI, por intermédio da SDR/MI, e o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), em conjunto com a Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (Cepal), o EUROSociAL, o Centro de Desenvolvimento da Organização de Desenvolvimento e Cooperação Econômica (OCDE), além de representantes oficiais dos seguintes países: Argentina, Bolívia, Chile, Costa Rica, Guatemala, Honduras e Paraguai.

A Declaração de Intenções conjugou textualmente os esforços realizados ao longo do encontro com vistas ao estabelecimento da Rede Latino Americana de Políticas Públicas de Desenvolvimento Regional (Rede), como exemplo do segundo momento de lançamento da Rede, sendo o Brasil o primeiro país a assumir sua presidência, no período 2013 a 2015, com base em estrutura institucional provisória (Comitê de Orientação e Grupo de Apoio - GAP), que é exercida, através do Ministério da Integração Nacional.

No transcorrer do segundo semestre de 2013 foram realizadas algumas atividades com vistas ao maior intercâmbio entre os países participantes da Rede. A primeira, denominada Experiência BR em Desenvolvimento Regional, consistiu na recepção às missões técnicas da Costa Rica, Guatemala e Honduras para apresentação de políticas e instrumentos de desenvolvimento regional no país.

Os coordenadores e demais membros das delegações internacionais assistiram palestras com representantes da SDR/MI, nas quais estiveram presentes convidados das Superintendências de Desenvolvimento da Amazônia, Nordeste e Centro-Oeste, respectivamente, Sudam, Sudene e Sudeco. Os visitantes puderam participar de uma visita técnica ao Parque Tecnológico de Itaipu (PTI) e à Universidade Corporativa, em Foz do

Iguaçu, no Paraná, de forma a presenciarem de fato ações já realizadas no país que foram fundamentais ao avanço de seu desenvolvimento. Entre as instituições visitantes podem ser citadas: o Ministério de Planejamento Nacional e Política Econômica (Mideplan), da Costa Rica; a Secretaria Técnica de Planificação e Cooperação Externa e a Secretaria de Finanças, de Honduras; a Secretaria de Planejamento e Programação da Presidência (Segeplan), da Guatemala e, excepcionalmente, a Fundação dos Holandeses Voluntários (*Stichting Nederlandse Vrijwilligers - SNV*, no original em holandês), da Nicarágua.

Muitos daqueles que participaram tanto da Conferência de criação da Rede quanto os que estiveram presentes às atividades ditas intermediárias, tomaram-se colaboradores na missão de promover a maior articulação regional em torno do tema do desenvolvimento e foram, posteriormente, convidados a participar de outras etapas desse processo, a exemplo do lançamento da Rede em 02 e 03 de dezembro de 2013, novamente em Brasília, Brasil.

O evento, coordenado pela Secretaria de Desenvolvimento Regional, contou com a presença de 18 países, nomeadamente: Argentina, Brasil, Chile, Colômbia, Equador, Paraguai, Peru, Uruguai e Venezuela, da América do Sul; Costa Rica, El Salvador, Guatemala, Honduras, México, Nicarágua, Panamá, República Dominicana, da América Central. Além desses, se fizeram presentes representantes de várias importantes instituições internacionais, a exemplo do EUROSociAL, que tem como missão principal apoiar políticas públicas nacionais dirigidas à melhoria dos níveis de coesão social e das instituições nos países que apoia; Direção-Geral da Política Regional e Urbana (DG Regio), da Comissão Europeia, especializada na promoção da coesão econômica, social e territorial mediante a redução das disparidades entre os níveis de desenvolvimento em regiões da Europa e outras, como a América Latina.

A OCDE também esteve presente, e tem como objetivo principal auxiliar os governos na tarefa de impulsionar a prosperidade e lutar contra a pobreza através do crescimento econômico e estabilidade financeira. O Instituto Latino-Americano e do Caribe para o Planejamento Econômico e Social da Comissão Econômica para a América Latina (Ilpes/Cepal), enviou representantes ao evento. Importante organismo colaborativo para a superação das desigualdades e avanço econômico dos países latino-americanos, que através do Ilpes contribui para o aperfeiçoamento do planejamento e gestão pública. Por fim, o Comitê das Regiões da União Europeia (CDR) também trouxe sua contribuição para a área de formulação de políticas públicas dos países da Rede. Cabe ressaltar ainda a participação de enviados especiais, especializados na região da América Latina, por parte do Governo brasileiro, que acompanharam as atividades desenvolvidas ao longo do evento.

Na ocasião, houve também intensa colaboração dos presentes para criação dos seguintes grupos de trabalho: estatísticas e indicadores para o monitoramento e avaliação de políticas regionais na América Latina e, mecanismos de convergência e coesão territorial, o qual ocorreu em comunhão com o de regiões de fronteira.

O primeiro teve como discussão principal a criação de estatísticas e indicadores para o monitoramento e avaliação de políticas regionais na América Latina. Dentre os presentes estavam especialistas do México, Brasil, Argentina, Colômbia, OCDE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), entre outros. Foram avaliadas ainda estatísticas econômicas e sociais para entidades subnacionais ou territórios da região, de forma a contribuir com o processo de tomada de decisões pelas partes interessadas.

Já os demais ocorreram conjuntamente e deliberaram sobre questões relativas à integração transfronteiriça e governança a partir de três eixos temáticos: diálogo, projetos e conhecimento coletivo. O primeiro diz respeito ao diálogo sobre as políticas de desenvolvimento regional nos países e em temáticas específicas. A partir dessa separação foi atribuída uma metodologia de revisão entre pares, para que fosse possível a comparabilidade entre países, em torno de sua situação geral, indicadores, tipologia das regiões etc. Com relação às temáticas ficou determinada a seleção de um ou dois temas de interesse comum a muitos dos países, podendo ser: articulação entre níveis de governo, instrumentos financeiros de redistribuição, regiões de fronteira e cooperação transfronteiriça, entre outros.

O eixo dos projetos trata especificamente das trocas, assessorias e assistência ao fortalecimento e crescimento da Rede que tenham suporte do EUROSociAL. Assim, a meta era a de realizar o acompanhamento de todas as ações e movimentos produzidos dessa relação ou na Rede como um todo, de modo a facilitar as decisões e pautas a serem levantadas em outros encontros de seus membros.

O terceiro eixo, sobre conhecimento coletivo, incluiu todos os instrumentos comuns que possibilitam a troca de ideias, previsões, análises e levantamentos, entre os participantes da Rede, de forma que possam ser divulgados e, depois, compartilhados. Por sua vez, esse coletivo de informação, serviria, em geral, como um material de referência e consulta para todas as partes envolvidas, ao possibilitar o acesso a um repositório de informações agrupadas sobre temas como: boas práticas em desenvolvimento territorial; dados sobre fundos redistributivos ou de coesão territorial, em diferentes países; e outros.

Além disso, deve se lembrado ainda que no primeiro dia do evento de lançamento da REDE foi realizada uma rodada de apresentações em os participantes puderam apresentar seus pontos de vista sobre a criação da Rede, assim como a realização de palestras em temas afins ao desenvolvimento regional. No segundo dia buscou-se a definição de um plano de ação, originário da constituição dos dois grupos de trabalho citados.

Após essa etapa, é possível citar, certamente, entre as atividades realizadas com o fim de aproximar os membros da Rede, a visita de representantes colombianos interessados nos temas de financiamento e integração transfronteiriça foi uma delas. Cabe salientar a apresentação da Nova Política de Desenvolvimento Regional (PNDR II)¹, além dos fundos constitucionais de financiamento pela Secretaria de Fundos Regionais e Incentivos Fiscais (SFRI), dentre outros temas. A visita foi realizada com o intuito de apresentar as experiências exitosas do país andino no tema, como a lei n. 244 de 17 de fevereiro de 2005, no qual ficou estabelecido um acordo sobre transporte aéreo transfronteiriço entre os governos da Colômbia e Peru (SENADO COLÔMBIA, 2005), ou mesmo, o seu intenso incentivo ao comércio transfronteiriço em matéria de mercadorias por transporte marítimo, no qual o país aparece entre um dos cem primeiros colocados em ranking mundial, segundo classificação do Banco Mundial (2014).

Já no primeiro semestre de 2014 o Brasil, através da SDR/MI, participou do "Encontro do Programa EUROSociAL: Diálogo Euro-Latino-americano de políticas públicas para a Coesão Social", entre 24 e 25 de março, na cidade de Bruxelas (Bélgica). Alguns dos objetivos do evento foram: favorecer a aprendizagem mútua horizontal entre instituições públicas latino-americanas e da União Europeia (EU); facilitar o diálogo de políticas a nível regional e birregional e fortalecer as alianças estratégicas em setores-chave para o aprimoramento de modelos sociais. Estiveram presentes ainda ao encontro, representantes de várias instituições da América Latina, a exemplo, da Secretaria de Planejamento e Orçamento, do Uruguai, e o Conselho Econômico e Social, da Guatemala.

De modo a melhor articular os membros da Rede, o MI lançou um site (<http://rladr.mi.gov.br/>), bilingue (português e espanhol), no qual estão disponíveis, entre outros conteúdos, notícias sobre a Rede, seu histórico, informações sobre os países que fazem parte da iniciativa, documentos de interesse, um ambiente interno (intranet), no qual os membros podem conversar de forma privativa, acesso a comunidades parceiras, a exemplo da Rede de Arranjos Produtivos Locais (APL).

Além disso, foi dado prosseguimento ao processo de criação de um modelo de governança da Rede. Ou seja, um documento guia com as diretrizes-base para viabilização das ações de promoção do desenvolvimento regional, principal foco de articulação política entre os países-membros anteriormente citados. Uma reunião, via videoconferência, entre representantes do Ministério de Integração Nacional do Brasil, EUROSociAL,

¹ A PNDR II representou um significativo passo frente à execução de políticas públicas no território brasileiro vis-à-vis sua importância como um instrumento na promoção do desenvolvimento regional.

SNV e Fundação Internacional Ibero-americana de Administração e Políticas Públicas (FIIAPP) firmou a contratação de um especialista para elaboração do documento conforme as experiências de cada um dos países no assunto.

Ademais, discutiu-se a reunião anual da Rede que iria ter palco na cidade do México – DF, México, no mês de julho, cuja realização já havia sido acordada no encontro realizado em Brasília. A reunião é um esforço por parte de todos os países-membros da Rede em aprofundar as discussões iniciadas com o primeiro encontro.

Por fim, após conversas com a equipe do EUROSociAL responsável pelo acompanhamento do projeto de criação da Rede ficou estabelecido que a haveria uma reunião intermediária, em julho de 2014, com a presença de representantes oficiais dos países participantes, na cidade do México.

A reunião intermediária teve início com a apresentação, do Diagnóstico de Desenvolvimento Regional (DDR) realizado neste país com metodologia *peer review*, e com supervisão do Centro de Desenvolvimento da OCDE. Além deste, estiveram presentes à abertura o Secretário Geral da OCDE, a Secretária Executiva da Cepal, o Secretário de Desenvolvimento Agrário, Territorial e Urbano do México, entre outros.

Foram realizadas duas mesas redondas: o tema da primeira foi “Desenvolvimento Regional, Competitividade e Coesão Territorial e Social na América Latina”, e a segunda abordou o tema “Diagnóstico de Desenvolvimento Regional sobre o México”.

O evento realizou ainda uma reunião extraordinária da Rede, presidida pela SDR/MI. Houve ainda, a reunião dos seguintes grupos de trabalho que compõem a Rede: (1) Financiamento do desenvolvimento regional; (2) Boas práticas no desenvolvimento regional e governança multiescalar – em que a SDR/MI apresentou seu modelo de governança da PNDR II; (3) Projetos de cooperação transfronteiriça – que também contou com uma apresentação de sua experiência no tema, pela SDR/MI – e, (4) Estatísticas e indicadores territoriais.

No último dia os membros da Rede se reuniram sob a moderação da SDR/MI, que teve como dinâmica de trabalho a exposição de estudos preliminares sobre o modelo de governança da Rede, realizado por consultor específico para essa tarefa; comentários do Grupo de Apoio da Rede – composto por EUROSociAL, DG Regio, Comitê das Regiões, Centro de Desenvolvimento da OCDE e Cepal –, seguido de discussão pelos participantes presentes e finalmente as candidaturas para a próxima presidência da Rede, em que ficou decidida a opção pelo México.

Como forma de contribuir para o crescimento da Rede através da promoção dos projetos de desenvolvimento regional nos países latino-americanos, o MI realizou uma reunião, em agosto de 2014, em parceria com a Agência Brasileira de Cooperação (ABC) e o JICA-Brasil, para fazer avançar a ideia de promoção de cooperação sul-sul (CSS) com países participantes da Rede. A ABC/MRE apontou a possibilidade de realização de um Projeto de Cooperação Internacional Trilateral (PCTR), considerando que esta poderia ser a forma ideal de CSS no âmbito da Rede, a ser praticada pelo Brasil.

Outra importante iniciativa foi o início da parceria entre o MI e o Ipea em um projeto para criação de indicadores de desenvolvimento regional, de modo que futuramente seja possível a análise de diferentes países da região. Atualmente cada país possui seu próprio indicador, o que dificulta a criação de políticas públicas internacionais atuais e que atendam as demandas nessa área.

Cabe citar também a realização de uma reunião entre os membros da Rede participes da “12ª Semana Europeia de Cidades e Regiões” (Open Days), em outubro de 2014, na cidade de Bruxelas (Bélgica). O Open Days é a oportunidade de fomentar o diálogo político de alto nível entre vários representantes de instituições públicas internacionais, com vistas à troca de experiências, visitas técnicas e discussão de projetos que buscam reduzir as desigualdades sociais e territoriais.

Em sua 12ª edição, foi concedido um espaço para a reunião dos membros da Rede presentes ao evento, para a apresentação da proposta brasileira de contratação de um consultor para a elaboração do modelo de governança da Rede, através do estabelecimento de uma cooperação técnica internacional nesse assunto, no âmbito de um projeto de cooperação internacional do tipo sul-sul trilateral (CSS-PCTR).

39. RELAÇÃO ENTRE AS PARTES

I - Para atingir o objeto pactuado, as partes comprometem-se a disponibilizar as informações necessárias para o bom andamento das atividades do projeto, bem como a cumprir as seguintes obrigações:

II - Compete à unidade descentralizadora:

- a) Encaminhar para publicação o Termo de Execução Descentralizada no sítio do MI;
- b) Efetuar a descentralização dos créditos orçamentários, em conformidade com o cronograma de desembolso;
- c) Efetuar o repasse do recurso financeiro pactuado no cronograma de desembolso, condicionado à liquidação da despesa, pela unidade descentralizada;
- d) Acompanhar a execução física do objeto e verificar sua adequação por meio do Relatório de Cumprimento do Objeto apresentado;
- e) Registrar no SIAFI os valores a liberar formalizados por TED de forma a garantir a liberação dos recursos financeiros no exercício seguinte.

III - Compete a unidade descentralizada:

- a) Executar o objeto de acordo com o proposto no presente TED;
- b) Acompanhar a execução física e financeira do Objeto;
- c) Adotar todas as medidas necessárias à correta execução do objeto;
- d) Informar à unidade descentralizadora sobre a liquidação da despesa via comunica SIAFI;
- e) Apresentar, quando necessário, proposta de termo aditivo devidamente justificada em, no mínimo, 30 (trinta) dias antes do término da vigência do TED;
- f) A unidade descentralizada deverá manter arquivado o projeto básico ou termos de referência, com o devido detalhamento da estimativa de custos dos bens e serviços utilizados para elaboração do TED, pelo prazo de 10 (dez) anos, contados da data de comprovação do cumprimento do objeto, pela unidade descentralizadora;
- g) Efetuar o registro e controle patrimoniais dos bens de natureza permanente adquiridos com recursos do TED; Assegurar e destacar a participação do MI em toda e qualquer ação, promocional ou não, relacionada com a execução do objeto deste Termo;
- h) Restituir à unidade descentralizadora o saldo eventualmente existente na data de encerramento, denúncia ou rescisão do TED, ou ainda, devolver o valor integral transferido, em caso de inexecução do objeto ou utilização dos recursos em finalidade diversa da estabelecida no TED;
- i) Os saldos dos créditos orçamentários descentralizados e não empenhados, bem como os recursos financeiros não utilizados, deverão ser devolvidos até 15 dias antes da data estabelecida anualmente pela norma de encerramento do correspondente exercício financeiro divulgada pela Secretaria do Tesouro Nacional – STN, do Ministério da Fazenda;
- j) Informar a unidade descentralizadora, até 31 de dezembro de cada ano, o valor total que será inscrito em restos a pagar.

IV - Do acompanhamento e da apresentação do Relatório de Cumprimento do Objeto:

- a) A unidade descentralizada deverá apresentar Relatório Parcial de Cumprimento do Objeto no prazo seis (meses) (conforme acompanhamento do objeto);
- b) A unidade descentralizada deverá apresentar Relatório de Cumprimento do Objeto, até 60 dias após a vigência do TED;
- Informar, nas contas anuais da entidade, os créditos executados por descentralização, aos órgãos de controle.

40. VIGÊNCIA

Este TED terá vigência de 18 meses, contados a partir da sua publicação no sítio do MI, podendo ser prorrogada, mediante termo aditivo, por solicitação da unidade descentralizada, devidamente fundamentada, no mínimo, 30 (trinta) dias antes do seu término.

PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA

41. PROGRAMA DE TRABALHO	42. PLANO INTERNO	43. FONTE	44. NAT. DESPESA	45. VALOR (EM R\$ 1.000)
04.127.2029.214S.0001	NA.0000.S.PDR1	100	33.80.30 - Material de consumo	27.005,44
			33.80.33 - Passagens	270.364,08
			33.80.14 - Diárias	287.146,72
			33.80.36 - serv. Terceiro Pessoa Física	568.330,00
			33.80.39 - Serv. Terceiros Pessoa Jurídica	783.796 717.342,00
			33.80.39 - Custos Administrativos (7%)	135.564,96
46. TOTAL				2.072.207,18

CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO

17. META	48. DESCRICAO	49. PRAZO DE CUMPRIMENTO	50. FISICO		53. FINANCEIRO		
			51. UNID.	52. QUANT.	54. N. DA PARC.	55. LIBER. (R\$)	56. VALOR (R\$)
1	Produto 1 - Marcos politico-institucionais e plano de trabalho em apoio ao desenvolvimento regional em paises da AI para a consolidacao da RIDEI identificados e pactuados		1 levantamento realizado 6 açoes piloto implementadas (por exemplo: compartilhamento do ODR)	1	1		
2	Produto 2 - Modelo de governanca da RIDEI descentralizado e aprovado		1 Seminario Internacional realizado Proposta de modelo de governanca elaborada 1 Oficina de trabalho realizada Modelo de governanca validado 2 reunioes com oficiais tecnicos da FAO 1 proposta de avaliacao externa	1			2.072.207,18 2017
57. TOTAL							

ASSINATURAS



João Almino
Embaixador-Diretor da
Agência Brasileira de Cooperação

Brasília, 26 de dezembro de 2017



Marlon Carvalho Cambraia
Secretário de Desenvolvimento Regional
Assinatura da descentralizado

Marlon Carvalho Cambraia
Secretário de Desenvolvimento
Regional
SDR/MI